

I. A DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007. Constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, com autorização do Banco Central para seu funcionamento.

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009. Faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo e em abril de 2018 passou a ser vinculada à então Secretaria de Planejamento e Gestão¹.

Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas financeiras de fomento.

Portanto, cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, de acordo com as definições de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual. Sua atividade fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade das empresas paulistas.

MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. **VISÃO:** Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

VALORES: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade. **Público-Alvo**

Faz parte do escopo da Desenvolve SP apoiar prioritariamente as pequenas e médias empresas, com faturamento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, atuantes nos diversos setores da economia paulista: indústria, comércio, agronegócio e serviços.

Para empresas com faturamento de até R\$ 360 mil a Desenvolve SP atua por meio dos programas de governo e fundos de desenvolvimento. Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Objetivos Institucionais:
– Ser parceira estratégica do Governo Estadual em seus planos de desenvolvimento;
– Fomentar a aplicação da inovação na economia paulista com vistas ao aumento da produtividade e competitividade de forma sustentável;
– Contribuir para a geração de emprego e renda;
– Contribuir para a redução das diferenças regionais, no estado de São Paulo.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PRINCIPAIS DIRETRIZES

RELAÇÃO COM O GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais. **INOVAÇÃO:** Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

AUTOSUSTENTABILIDADE: Assegurar a autosustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade. **EXCELÊNCIA OPERACIONAL:** Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração.

PLANO ESTRATÉGICO DE CURTO E LONGO PRAZO

Em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo de 2018 a 2022 da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios.

Na análise das forças, riscos e oportunidades, foi observado que o que era uma oportunidade, passou a ser um ponto forte da instituição: o apoio à inovação. Hoje, no mercado que fomenta esse setor, a Desenvolve SP já é reconhecida como uma referência.

Para o ano de 2018, percebeu-se a oportunidade de investimentos no setor energético, especialmente no âmbito de energia perene e de energias renováveis. Com isso, a Desenvolve SP ampliou sua atuação nessa área e está, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, estudando alternativas financeiras para apoiar projetos de energia limpa e renovável.

Em abril de 2018, houve uma revisão do posicionamento da Instituição, onde ficaram estabelecidos os seguintes **focos estratégicos:**

- **Inovação;**
- Projetos de Investimento com ênfase em **Economia Verde e Eficiência Energética;**
- **Setor Público.**

III. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando mais emprego e renda, e que com financiamentos de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

A instituição atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Além disso, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoio a crescimento das empresas paulistas, inclusive *startups*, via Fundos de Investimento em Participações (FIPs), e abrange todo o território paulista através das *parcerias* com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos.

1. LINHAS DE FINANCIAMENTO

A instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até dez anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios.

1.1 Setor Privado

A Desenvolve SP disponibilizou 24 linhas de financiamento para o setor privado, com 32 modalidades de investimentos:

BNDES Giro – Saúde: Linha de capital de giro que conta com recursos originados de repasses do BNDES, e visa apoiar Instituições de Saúde Estaduais portadoras de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fortalecendo a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Crédito Digital Gás: O Crédito Digital Gás é uma modalidade de crédito rápido para financiar a adaptação de estrutura e de equipamentos de pequenas empresas que desejam substituir o uso de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) pelo sistema de gás natural liquefeito (GNL) encaçado. A iniciativa, inédita no país, tem como objetivo desburocratizar o acesso dos empreendedores paulistas ao financiamento para utilização de GNL.

Linha Fungetur: Linha de repasse do Ministério do Turismo voltada para apoio financeiro às empresas privadas do setor turístico localizadas nos municípios paulistas, em projetos e investimentos voltados à melhoria da infraestrutura turística e que possam contribuir para a melhoria dos serviços prestados, geração de renda e aumento de oferta de empregos diretos e indiretos com a dinamização do setor turístico.

1.2 Setor Público

O crédito ao setor público é um forte indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisso de apoiar projetos municipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros.

Em 2018, a Desenvolve SP ofereceu 11 linhas de financiamento para o setor público que oferecem juros baixos e prazos longos para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município.

Em 2018, foram lançadas duas novas linhas para o Setor Público:

Linha Água Limpas: Lançada em abril de 2018, a linha visa implantar sistemas de tratamento de esgotos em municípios que despejam seus efluentes “in natura” nos córregos e rios locais. Seu objetivo é financiar a construção e revitalização de estações de tratamento de esgoto e água, bem como toda infraestrutura de coleta, afastamento e deslocamento. A linha conta com a equalização de juros pelo Governo do Estado.

Linha de Apoio a Investimentos Municipais: Lançada em maio de 2018, a linha visa atender a demandas dos municípios destinadas ao incremento da infraestrutura de atendimento ao público, bem como de administração do destino nas diversas áreas de atuação, desde que tenha relação direta com as atividades públicas e haja ganhos para a população em geral e para a administração.

1.3 Programas de Governo

O Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Desenvolve SP, elabora programas para o desenvolvimento de regiões do estado e para setores da economia.

Atualmente, a Desenvolve SP participa do **Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira**, para financiar empresas situadas naquela região, do **Programa São Paulo Inova**, com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo, por meio de uma linha de financiamento (Linha Incentivo à Tecnologia) e do Fundo Inova Paulista, e do **Programa de Apoio ao Setor Avícola**, cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do ICMS.

A Desenvolve SP participa ainda do **Programa Juro Zero Empreendedor**, parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Sebrae-SP para oferecer crédito com juro zero para os microempreendedores individuais (MEI) paulistas que concluíram o programa Super MEI, do Sebrae-SP.

2. FUNDOS GARANTIDORES

Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece três fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval à Micro e Pequenas Empresas (Fampe), e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) Desde o início de suas operações até 31 de dezembro de 2018, os fundos garantidores já foram utilizados em 18.784 operações na Desenvolve SP.

3. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

A Desenvolve SP administra, além do Fundo de Aval (FDA), oito fundos com patrimônio total de R\$ 801,8 milhões. São eles: Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcitec); Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funcap); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (FIDES); Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (FIDEC); Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FE-PRAC); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social Pontal de Paranapanema (FUNDESPAR); Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (BANCO DO POVO PAULISTA – BPP).

Em 2018, a Desenvolve SP passou a administrar o Banco do Povo Paulista, que tem como objetivo criar alternativas de crédito popular para geração de emprego e renda, por meio da aplicação de recursos em micro empreendimentos e micro e pequenas empresas.

Em 2018, o Banco do Povo desembolsou R\$ 161,7 milhões, atendendo a 20.623 micro e pequenos empreendedores em 464 cidades.

4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento: o Fundo Inovação Paulista; o Fundo Aeroespacial; o Fundo Performa Investimentos SC-I; o Fundo CRP Empreendedor; e o Fundo BBI Financeira I. Até dezembro de 2018, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R\$ 45 milhões. No total, 48 empresas foram investidas, das quais 38 estão localizadas no estado de São Paulo.

5. PARCEIROS

Por meio do modelo de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP consegue alcançar todo o

território do estado viabilizando o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas paulistas.

Em 2018, foram formalizadas 10 parcerias, entre novas e renovações, como com a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (Abimo), Sindicato Indústria Fiação Tecelagem Estado São Paulo (Sinditêxtil), Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), entre outras.

IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alcates, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da instituição. Constituída na forma de sociedade anônima, a Desenvolve SP possui dois acionistas: a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.

1.1 Transparência e prestação de contas

No site da Desenvolve SP, na página denominada “Transparência”, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos e informações referentes aos processos internos e externos da Desenvolve SP. Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa, onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, órgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e estrutura organizacional.

1.2 Ouvidoria e Canal do Colaborador

Em 2018, a Ouvidoria registrou 37 manifestações, sendo 21 reclamações, das quais 15 foram classificadas como improcedentes² e 6 classificadas como procedentes solucionadas, 5 pedidos de informações e/ou esclarecimentos, 6 elogios, 2 sugestões, 2 críticas e 1 denúncia, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015. Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado “Canal do Colaborador”, responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

1.3 Órgãos colegiados

A estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados: **Conselho de Administração:** Órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estratégica e por monitorar o desempenho e os riscos, orientando a tomada de decisões estratégicas da instituição.

Diretoria Colegiada: Em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

Em 2018, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Desenvolve SP, que redefiniu as Diretorias, além da Presidência, com novas nomenclaturas e atribuições, com o propósito de melhor integrar e otimizar os processos da instituição. Cada Diretoria, com objetivos específicos, busca a modernização e a excelência de suas atividades, tendo como principais atribuições:

- Diretoria Financeira e de Crédito: assuntos de ordem financeira, contábil, controladoria e de crédito.
- Diretoria de Negócios e Fomento: operacionalização e comercialização dos produtos da Companhia, tanto para o setor público como o setor privado.
- Diretoria Administrativa de Projetos e Processos: planejamento e gestão administrativa, tecnologia da informação e desenvolvimento de projetos e processos.

2. AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

3. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2018 com 150 empregados ativos, além de quatro Diretores, 08 estagiários e 53 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 215 colaboradores.

V. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Desenvolve SP tem consciência de que um bom resultado financeiro e operacional só resultará em ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhado aos conceitos de sustentabilidade. Para ser sustentável, as instituições devem adotar atitudes éticas, práticas que visem seu crescimento econômico sem agredir o meio ambiente e também colaborar para o desenvolvimento da sociedade. A Desenvolve SP procura realizar suas atividades pautada nos princípios da sustentabilidade sempre alinhada aos normativos do Conselho Monetário Nacional sobre o assunto e a legislação ambiental do Estado de São Paulo.

1. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, ÉTICA, INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores por meio do Código de Conduta e Integridade, aprovado em 2018, elaborado a partir da junção do Código de Ética e Conduta e do Programa de Integridade e Anticorrupção da Desenvolve SP, e da Política de Responsabilidade Socioambiental.

1.1 Código de Conduta e Integridade

Os colaboradores da Desenvolve SP, no relacionamento interno, externo e com os diversos setores da sociedade, devem ter suas condutas baseadas nas regras estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da instituição³, bem como o que couber, no Código de Ética da Administração Pública do Estado de São Paulo. O Código de Conduta e Integridade, também, define diretrizes e cria procedimentos de prevenção e combate à corrupção, a fim de garantir elevados padrões de integridade, legalidade e transparência na condução de negócios.

2. QUALIDADE DE VIDA

A Desenvolve SP tem um compromisso contínuo com a ética e o desenvolvimento econômico, promovendo a melhoria da qualidade de vida como um todo, com a adoção de políticas, práticas e procedimentos em benefício da sociedade e do meio ambiente.

Em 2018, em consonância com os objetivos da Desenvolve SP em promover o desenvolvimento sustentável, com suas ações ao meio ambiente e mais igualdade social, foram realizadas, dentre tantas outras, as seguintes ações:

Segurança do Trabalho

A Desenvolve SP zela pela saúde e segurança de seus colaboradores, observando e cumprindo rigorosamente a legislação aplicável, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, a Desenvolve SP na qualidade de sociedade de economia mista e que possui empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está obrigada, pela Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5), do Ministério do Trabalho e Emprego, a organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

A Desenvolve SP também realiza a gestão de riscos ambientais e da saúde laboral dos colaboradores. Em 2018, foram realizadas campanhas de exames médicos periódicos, de vacinação contra gripe e elaborados laudos e medições de saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Ações Voluntárias

A Desenvolve SP realiza, periodicamente, o Programa de Voluntariado que tem como objetivo conscientizar e estimular a doação voluntária e regular de sangue e o cadastramento para a doação de medula óssea. A campanha de vacinação de 2018 contou com a participação de 23 voluntários.

A Desenvolve SP também participa da Campanha do Agasalho, que em 2018 arrecadou 117 peças de roupa entregues ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Além disso, a instituição realiza, também, doação de mobiliários ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp), que atua principalmente na realização de programas e ações que visam o resgate da autoestima e da dignidade humana por meio da qualificação profissional.

3. DOAÇÕES E PATROCÍNIOS COM INCENTIVO FISCAL

Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que têm como contrapartida ganhos positivos para a sociedade.

Além disso, a instituição realizou, também, doação de mobiliários ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp), que atua principalmente na realização de programas e ações que visam o resgate da autoestima e da dignidade humana por meio da qualificação profissional.

4. GESTÃO AMBIENTAL

O trabalho de educação e conscientização sobre o consumo racional de recursos naturais é constante na Desenvolve SP. Comunicados direcionados aos colaboradores, enviados por e-mail, e fixados nos murais dos andares e elevadores, orientam a todos sobre como evitar o desperdício e quanto à correta utilização desses recursos. Também é realizado um trabalho de orientação junto aos terceirizados quanto à correta utilização da água para fins de manutenção do prédio.

Em 2018, foram implantadas ações para economia dos recursos naturais. Para redução do consumo de energia elétrica, foi efetuada a segunda fase de troca das lâmpadas fluorescentes e incandescentes por *led*, o que ocasionou uma economia de 7% em relação ao mesmo período de 2017. Também foi feito um trabalho de conscientização com a equipe da copa, o que gerou uma economia de 30% no consumo de gás, em relação ao mesmo período de 2017.

VI. APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, desde 2013 tem concentrado esforços para fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Para dar continuidade a esse trabalho, que hoje já é uma referência em investimento à inovação, a Diretoria estabeleceu a Inovação como um dos focos estratégicos da Instituição.

Em 2018, os desembolsos para inovação continuaram crescendo somando R\$ 52,8 milhões, um crescimento de 8,6% em relação ao desembolsado em 2017. Os desembolsos com recursos de repasse da Finep representam 98,7% do financiamento à inovação.

Além do desempenho operacional, é importante destacar a atuação da Desenvolve SP em feiras e eventos que promovem a inovação, e que levam ao conhecimento do empreendedor as formas de financiamento à inovação disponíveis.

Em 2018, a Desenvolve SP participou de 14 eventos voltados à inovação em que participaram cerca de 500 empreendedores.

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2018 foi marcado por incertezas políticas que novamente acabaram impactando o desempenho da economia do país. Além disso, a retomada da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre certamente afetou de forma negativa o ritmo de recuperação da atividade econômica.

Para 2018, o Banco Central prevê um crescimento de 1,3%, aproximando-se do modesto crescimento apresentado em 2017, de 1,0%, e bem abaixo do esperado pelos economistas no início do ano. Ainda assim, a evolução dos indicadores de atividade segue evidenciando continuidade do processo de recuperação da economia brasileira em ritmo gradual.

O consenso entre economistas e analistas é de que a questão fiscal, em particular, continua sendo o nó que aprisiona a economia brasileira na atual armadilha de baixo crescimento e o principal desafio de política econômica a ser enfrentado nos próximos anos.

Apesar dos picos inflacionários decorrentes da greve dos caminhoneiros e dos preços administrados, o índice de inflação oficial encerrou o ano em 3,75%, abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central. Com isso, o Conselho de Política Monetária teve espaço para reduzir ainda mais as taxas de juros para 6,5% no primeiro trimestre de 2018, menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, e assim as manteve ao longo do ano.

O mercado de trabalho, em linha com a evolução da atividade econômica, persiste em uma trajetória de recuperação gradual. Em 2018, a taxa média de desocupação foi de 12,3%, ante 12,7% em 2017. De acordo com o IBGE, responsável pelo cálculo do índice, a queda do desemprego continua sendo puxada pelo crescimento do trabalho informal ou por conta própria.

De acordo com o Relatório de Inflação publicado pelo Banco Central de dezembro de 2018, a continuidade da recuperação da atividade econômica tende a favorecer o processo de retomada do mercado de trabalho

em curso, bem como persistem condições para recuperação cíclica da produtividade do trabalho. Ainda de acordo com o Relatório, a economia segue operando com elevado nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego. Destaque-se, entretanto, que a retomada da economia tem se traduzido em redução gradual dessa ociosidade.

Com relação ao mercado de crédito, depois de dois anos de quedas nominais, o saldo da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) voltou a apresentar em 2018 um crescimento real. Impulsionado pelo afluxamento monetário que se transmitiu para as taxas de juros bancárias mais baixas, o saldo da carteira de crédito cresceu 5,5% em termos nominais.

Para 2019, o Banco Central projeta um crescimento para o saldo de crédito do SFN de 6,0%. Para pessoas jurídicas, projeta-se uma expansão de 5,0%, influenciada, entre outros fatores, pela continuidade do processo de captação de recursos por parte das empresas nos mercados externos e de capitais em substituição aos recursos do SFN.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 3.161,2 milhões, com um total de 4.623 operações para 2.647 empresas e prefeituras distribuídas em 342 municípios. No ano de 2018, os desembolsos somaram R\$ 457,1 milhões, o segundo maior valor anual desde sua fundação, e um crescimento de 29,6% em relação a 2017, que somou R\$ 352,7 milhões. Dos desembolsos realizados em 2018, 47,2% foram com recursos próprios e 52,8% com recursos de terceiros, que atenderam 813 empresas e prefeituras de 206 cidades.

A Desenvolve SP entende que um projeto de investimento é peça fundamental para empresas que desejam crescer com sustentabilidade econômica e por isso prioriza, desde 2010, esse tipo de financiamento. Em 2018, os desembolsos voltados para projetos de investimentos corresponderam a 49,0% do total. Os desembolsos voltados para financiamento de capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos corresponderam a 42,2% e 8,8%, respectivamente.

Cabe destacar que dos pedidos de financiamento para capital de giro, 32,8% foram destinados ao Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), representando 13,9% do total desembolsado em 2018. Outro destaque foi o Crédito Digital, que somou 546 operações, 68,4% do total no ano, e totalizou R\$ 60,8 milhões, 13,3% do total desembolsado em 2018.

Para o setor da Indústria foram desembolsados, em 2018, um total de R\$ 166,5 milhões, que corresponde a 36,4% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor de serviços com 30,9%, setor público com 16,0%, setor de comércio com 15,6%, e setor do agronegócio com 1,1%.

Em linha com as diretrizes definidas pelo Planejamento Estratégico, destacam-se nos desembolsos ao setor privado os realizados a projetos inovadores, que somam R\$ 52,8 milhões, um crescimento de 8,6% em relação a 2017. Em 2018, a linha com repasse da Finep, Inovarec, totalizou R\$ 52,1 milhões em desembolsos para 64 empresas.

As micro e pequenas empresas representam 50,4% do desembolso acumulado para inovação, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do estado de São Paulo.

Em relação aos projetos de eficiência energética e/ou de energia renováveis, outro foco estratégico adotado pela Desenvolve SP, foram desembolsados em 2018 R\$ 22,4 milhões para 18 projetos do setor privado e 1 do setor público.

Além disso, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP está estudando alternativas financeiras para apoiar projetos de energia limpa e renovável, como por exemplo, a energia fotovoltaica, energia elétrica produzida a partir de luz solar.

Destacam-se também os desembolsos para micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) com um total de R\$ 292,5 milhões, 76,1% do total do setor privado em 2018.

Setor Público

O financiamento ao Setor Público, um dos focos estratégicos estabelecidos para a Instituição em 2018, atingiu a marca de R\$ 560,7 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R\$ 72,8 milhões, que correspondem ao segundo maior valor da série histórica e um crescimento de 120,8% em relação a 2017; com isso, 46 novas cidades foram beneficiadas com os recursos das linhas de financiamento.

Além disso, em 2018, a Instituição bateu o recorde em quantidade de operações para o Setor Público aprovadas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram analisadas 142 operações, que somam R\$ 299,5 milhões. Para efeito de comparação, em 2017 foram analisadas 21 operações. Em 2014, o melhor ano da base histórica, foram 51.

Para atender ao aumento da demanda por parte dos municípios, em maio de 2018 o Conselho de Administração aprovou o aumento do Destaque de Capital para R\$ 550 milhões para o Setor Público. Desde o início das operações com o setor público, 120 municípios paulistas já foram beneficiados com financiamentos a projetos de infraestrutura, pavimentação urbana, projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de gás carbônico e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, entre outros.

Em 2018, a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, foi a que apresentou maior representatividade com um total de R\$ 43,1 milhões, representando 59,1% dos desembolsos para o setor público, atendendo dezesseis municípios. A Linha Frotas Nova, que tem por objetivo o aumento da capacidade de prestação de serviços junto à população, totalizou, em 2018, R\$ 13,3 milhões em desembolsos, representando 18,3% do total para o setor, atendendo 44 municípios.

3.2 Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.278,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, um crescimento de 10,1% se comparado com 2017.

DEMONSTRAÇÕES DAS CONTINUAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Aumento de capital	Legal		
SalDOS em 01/01/2017	1.000.000	-	12.890	-	1.054.262
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.722	46.722
Destinações:	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	2.336	17.255	(19.591)
Dividendos	-	-	-	(13.690)	(13.690)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(27.131)
SalDOS em 31/12/2017	1.000.000	-	15.226	44.937	1.060.163
Mutações do período	1.000.000	-	2.336	3.565	5.901
SalDOS em 01/01/2018	1.000.000	-	15.226	44.937	1.060.163
Aumento de Capital	16.035	-	-	-	16.035
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(15.443)	(15.443)
Dividendos do exercício anterior	-	-	-	(1.279)	(1.279)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.736	14.736
Destinações:	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	737	-	(737)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(13.999)
SalDOS em 31/12/2018	1.016.035	-	15.963	28.215	1.060.213
Mutações do período	16.035	-	737	(16.722)	50
SalDOS em 01/07/2018	1.000.000	16.035	15.292	43.658	1.074.985
Aumento de Capital	16.035	(16.035)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(15.443)	(15.443)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	13.425	13.425
Destinações:	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	671	-	(671)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(12.754)
SalDOS em 31/12/2018	1.016.035	-	15.963	28.215	1.060.213
Mutações do período	16.035	(16.035)	671	(18.443)	(14.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional
 A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
 As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
 Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
 i. Fundos governamentais;
 ii. Orçamento estadual;

iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.
 Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN").
 Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financieiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24 Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Com exceção dos pronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.
 As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.
 As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
 As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.
 Em 22 de fevereiro de 2019, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis
a) Receitas e despesas
 As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.
b) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.
 As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito
1. Operações de crédito e obrigações por repasse
 As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.
 Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.
2. Provisão para perdas em operações de crédito
 A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas.
 A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses, vencidas há mais de 120 dias e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações
 As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
e) Outros Valores e Bens
 Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem na data de seu registro, e Despesas Antecipadas, correspondentes a operações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios futuros.

f) Ativo permanente
 O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.
 A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 7. Terrenos não são depreciados.
 A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

g) Tributos
 Os tributos são apurados, conforme aliquotas a seguir:

Tributo	Aliquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.
 Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.
 Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.
 Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal										31.12.2018		31.12.2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Participação	Total da Carteira	Participação	
Parcelas Vincendas	235.349	529.503	185.293	157.534	43.083	5.130	25.226	6.640	15.842	1.203.600	100%	1.104.549	100%	
01 a 30	7.246	10.535	4.246	2.721	831	170	552	145	577	27.023	2,3%	25.606	2,3%	
31 a 60	6.477	9.344	3.684	2.249	728	136	481	131	621	23.851	2,0%	22.374	2,0%	
61 a 90	6.472	8.844	3.814	2.268	725	136	481	131	621	23.332	1,9%	22.631	2,0%	
91 a 180	19.345	38.588	11.635	7.036	2.319	388	1.307	392	1.484	82.494	6,8%	82.803	7,4%	
181 a 360	38.093	59.318	23.755	14.982	4.519	735	2.269	784	2.682	147.137	12,2%	129.366	11,6%	
Acima de 360	157.716	402.874	138.159	128.278	33.961	3.565	20.136	5.057	10.017	899.763	74,9%	822.869	74,3%	
Parcelas Vencidas	-	620	1.453	277	279	24	1.017	31	143	3.844	0,3%	3.122	0,3%	
01 a 30	-	620	1.453	240	201	24	953	21	142	3.654	0,3%	3.122	0,3%	
31 a 60	-	-	-	-	37	78	64	10	1	190	0,0%	394	0,3%	
Subtotal	235.349	530.123	186.746	157.811	43.362	5.154	26.243	6.671	15.985	1.207.444	100%	1.108.065	100%	

	Operações em Curso Anormal ^(a)										31.12.2018		31.12.2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Participação	Total da Carteira	Participação	
Parcelas Vincendas	-	-	-	-	708	989	5.302	21.437	32.152	60.588	5,0%	47.053	4,3%	
01 a 30	-	-	-	-	43	33	20	368	577	1.041	0,1%	848	0,8%	
31 a 60	-	-	-	-	43	33	89	368	576	1.109	0,1%	862	0,8%	
61 a 90	-	-	-	-	43	39	87	368	577	1.114	0,1%	821	0,7%	
91 a 180	-	-	-	-	129	100	260	1.112	1.522	3.123	0,3%	2.481	2,2%	
181 a 360	-	-	-	-	155	182	520	2.224	3.427	6.508	0,5%	4.984	4,5%	
Acima de 360	-	-	-	-	295	602	4.326	16.997	25.473	47.693	4,0%	37.057	3,4%	
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	131	129	326	2.832	6.768	10.186	0,8%	5.496	0,5%	
01 a 30	-	-	-	-	48	36	20	328	577	1.009	0,0%	876	0,8%	
31 a 60	-	-	-	-	50	41	72	330	578	1.071	0,1%	1.376	1,2%	
61 a 90	-	-	-	-	33	41	102	344	575	1.095	0,1%	881	0,8%	
91 a 180	-	-	-	-	-	11	132	1.231	1.712	3.086	0,3%	1.516	1,4%	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	599	2.933	3.532	3.933	0,3%	816	0,7%	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	393	393	393	0,0%	31	0,0%	
Subtotal	-	-	-	-	839	1.118	5.628	24.269	38.920	70.774	5,9%	52.549	4,7%	
Total	235.349	530.123	186.746	157.811	44.201	6.272	31.871	30.940	54.905	1.278.218	100%	1.160.614	100%	

^(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	Provisão %	31.12.2018		31.12.2017	
		Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	235.349	-	575.357	-
A	0,5	530.122	(2.651)	151.801	(759)
B	1,0	186.746	(1.867)	172.500	(1.725)
C	3,0	157.811	(4.734)	137.156	(4.115)
D	10,0	44.201	(4.420)	37.061	(3.706)
E	30,0	6.272	(1.882)	21.744	(6.523)
F	50,0	31.872	(15.936)	23.740	(11.870)
G	70,0	30.940	(21.658)	15.438	(10.807)
H	100,0	54.905	(54.905)	25.817	(25.817)
Total		1.278.218	(108.053)	1.160.614	(65.322)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial	91.296	65.322	66.115
Créditos baixados para prejuízo	(16.914)	(21.251)	(24.150)
Provisão constituída	33.671	63.982	23.357
Saldo Final	108.053	108.053	65.322

g) Informações complementares

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Créditos renegociados ^(a)	3.733	34.892	52.788
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.807	8.650	13.688

^(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

h) Demais ativos e passivos
 Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Contingências
 A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.
 A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

</

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 2023	Total
Valor nominal	19.493	9.415	7.422	5.622	4.502	5.313	51.767
Valor presente	18.288	8.179	5.969	4.187	3.105	3.257	42.985

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre /2018	31.12.2018	31.12.2017
Benefícios de Curto Prazo	1.846	3.206	3.276
Diretoria	1.063	1.820	1.827
Conselho de Administração	374	687	787
Comitê de Auditoria	243	467	445
Conselho Fiscal	166	232	217
Outros Benefícios de Longo Prazo	141	281	322
Diretoria	141	281	322
Total	1.987	3.487	3.598

14 - Contingências

Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2017	Baixa	Constituição	31.12.2018
Trabalhista	538	(61)	369	846
Cível	225	-	440	665
Total	763	(61)	809	1.511

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda provisório, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2018
Trabalhista	618
Cível	878
Total	1.496

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco. Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma. A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

16 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

Os níveis de risco que a instituição está disposta a assumir estão em linha com seus objetivos estratégicos e com seu escopo de atuação.

17 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolve.sp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a. Estrutura Organizacional: O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Ger.C1). A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b. Estrutura de Sistemas: O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

c. Validação de Sistemas: Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital
O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse.

a. Risco de Crédito: A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

• Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.

• Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

• Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito. A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric. O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CRD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b. Risco Operacional: A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS. A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição. O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPR} , conforme metodologia determinada pelo Bacen. A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c. Risco de Liquidez: Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente. O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d. Risco Socioambiental: A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP conta de Auditoria uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e. Risco de Mercado: A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos. Segundo a Política de Investimentos da instituição, a gestão dos recursos da tesouraria tem perfil conservador, não se expondo em demasia a riscos. Desta forma, considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRRB) como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição. Não há alocação de capital para o IRRRB. No entanto, o valor do IRRBB é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f. Gerenciamento de Capital: A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

20 - Programa de Testes de Estresse
O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o IRRBB.

21 - Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

22 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2018	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.057.077
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA	507.077
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	507.077
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.057.077
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	0
CAPITAL PRINCIPAL	1.057.077
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	550.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	31.230
PARCELA RWA_{CRD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.425.324
PARCELA RWA_{MPD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	0
PARCELA RWA_{OPR} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	253.907
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	1.708
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CRD} + RWA_{MPD} + RWA_{OPR})	1.679.232
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	222.308
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)	31.486
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP (BANCO CENTRAL)	329.500
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O R_{BAN} E ACP (DESENVOLVE SP)	169.523
POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)	847.615
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)	30,20%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	30,20%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	30,20%

CONTADOR

DIRETORIA COLEGIADA

Álvaro Sedlacek Diretor Presidente	Eduardo Tadeu Saggiolato Diretor de Negócios e Fomento	Joaquim Elói Cirne de Toledo Diretor Financeiro e de Crédito	Pedro Leitão Magyar Diretor Administrativo, de Projetos e Processos	Lucivaldo Pereira Lima CRC 15P258038/O-1
--	--	--	---	--

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2018

1. INTRODUÇÃO - 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e Bartão Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco. Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma. A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de compliance e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.

1.3 Composição: O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo. Cabe observar que, em 14/01/2019, o Sr. Carlos Eduardo Sampaio Lofrano renunciou ao seu cargo de membro do Comitê de Auditoria, e, a partir desta data, este Comitê realiza suas reuniões, excepcionalmente, com a presença de dois membros, até que seja eleito o novo membro pelos órgãos competentes.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO - Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerraram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que inicialmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data. Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- **Relatório Semestral:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.
- **Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente.

O Comitê de Auditoria reuniu-se 15 (quinze) vezes entre março de 2018 a fevereiro de 2019, realizando 85 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações

de melhorias nos processos à administração da Agência. Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração. Os relatórios de reuniões são encaminhados mensalmente ao Conselho de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais. As versões resumidas dos relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas e tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN).

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, controle interno e de controles internos e da gestão econômico-financeira. O Comitê de Auditoria e a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS - A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A firma BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento de riscos, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA - O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades

realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras elaboradas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES - Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, Compliance e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e compliance, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, elaboradas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

Francisco Vidal Luna
Presidente Comitê de Auditoria
Jerônimo Antunes
Membro Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, concluiu-se que as demonstrações financeiras e os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da instituição e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

Tomás Bruginski de Paula Presidente	Francisco Vidal Luna Conselheiro	Marcos Akamine Wolff Conselheiro
Alberto Pereira Gomes Amorim Conselheiro	Jairo Klepacz Conselheiro	Lidia Goldenstein Conselheira
Alencar Severino Costa Conselheiro		Roberto Brás Matos Macedo Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2018, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, concluiu-se que as demonstrações financeiras e os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da instituição e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

Fernanda Montenegro de Menezes Rizek Conselheira	Nanci Cortazzo Mendes Galuzio Conselheira
João Alberto Rodrigues dos Santos Conselheiro	Rubens Peruzin Conselheiro
Kelly Lopes Lemes Conselheira	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíam a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Desenvolve SP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenvolve SP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Desenvolve SP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da Desenvolve SP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Paulo Sérgio Barbosa
Contador - CRC 1 SP 120359/O-8